



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

O ENFOQUE MULTIDIMENSIONAL DA GESTÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

ALBERTO COSME DO CARMO
CRISTIANE NEVES DE OLIVEIRA
MAY TE LOSADA LOPEZ

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

~~RESUMO: Neste artigo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, buscou-se abordar o paradigma multidimensional da gestão educacional, proposto por Sander (1995), com um enfoque nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no Brasil. Nesse sentido, este estudo exploratório e descritivo, identificou e analisou os aspectos que interferem na gestão das IES públicas no Brasil, com ênfase nos impactos decorrentes das dimensões: política e econômica (extrínsecas); e organizacional, cultural e pedagógica (intrínsecas). Como resultados, o estudo evidenciou como os aspectos multidimensionais se complementam e têm fortes implicações para a qualidade do ensino superior público. PALAVRAS - CHAVE: Gestão Educacional, Ensino Superior, Dimensões. ABSTRACT: In this article, using bibliographic research, we sought to address the multidimensional paradigm of educational management, proposed by Sander (1995), with a focus on Higher Education Institutions (HEIs) public in Brazil. Thus, this exploratory and descriptive study identified and analyzed the aspects that interfere in the management of public higher education institutions in Brazil, with emphasis on the impacts of dimensions: political and economic (extrinsic); and organizational, cultural and educational (intrinsic). As a result, the study showed how the multidimensional aspects are complementary and have strong implications for the quality of public higher education. KEY - WORDS: Education Management, Higher Education, Dimensions.

~~INTRODUÇÃO

O texto do Professor Benno Sander, publicado no capítulo II do livro Gestão da Educação na

América Latina de 1995, oferece uma relevante crítica a respeito da Administração Pública, de grande importância e contribuição para a gestão dos serviços públicos educacionais, em especial das Instituições de Ensino Superior (IES).

Segundo Sander (1995), o exame da evolução do conhecimento na Administração Pública e na Gestão da Educação, bem como a avaliação de resultados de estudos internacionais realizados no campo da Administração Educacional revelaram que, desde o fim do Século XX, a teoria organizacional e administrativa já enfrentava difíceis desafios conceituais e praxiológicos em todo o mundo.

Por outro lado, a América Latina não era exceção nesse quadro e essa constatação sugestionava a necessidade imperiosa de realizar novos esforços de construção e reconstrução do conhecimento científico no campo da Gestão da Educação. Esses esforços reconstrucionistas também se impunham como consequência da crescente expansão e complexidade dos sistemas educacionais e como resultado da própria consciência social sobre a natureza da educação na sociedade moderna (SANDER, 1995).

Portanto, onde o governo exerce influência e controle, as gestões das IES públicas devem atuar dentro desse contexto burocrático atual. No Brasil, as exigências impostas às Universidades Estaduais e Municipais possuem similitude com as preocupações das Universidades e Institutos Federais. Embora sejam de tamanho e complexidade diversas, os desafios enfrentados pelos gestores, na administração dessas IES, se assemelham, quer sejam estes desafios decorrentes de aspectos das dimensões políticas, econômicas, organizacionais, pedagógicas e/ou culturais.

Assim, torna-se necessário repensar a reconstrução da Administração Educacional, especialmente das IES públicas, exigindo um esforço intelectual que se apoie na tese da especificidade da gestão dessas organizações, como campo profissional de estudo e na consciência da necessidade de conceber uma teoria compreensiva da prática profissional, conforme propõe Sander (1995).

Dessa forma, compreendendo o contexto de desafios enfrentados pelas diversas instituições de ensino, este estudo exploratório e descritivo, pretende identificar e analisar a partir de uma pesquisa bibliográfica, o enfoque multidimensional da gestão das IES públicas no Brasil, especialmente as dimensões extrínsecas (política e econômica) e intrínsecas (organizacional, pedagógica e cultural), propostas por Sander (1995), no campo da gestão educacional.

A DIMENSÃO POLÍTICA DA GESTÃO EDUCACIONAL

A dimensão política da gestão educacional refere-se ao relacionamento de natureza política das instituições de ensino com o seu ambiente externo e partes interessadas. Nessa dimensão, para Sander (2002, p. 66), "a administração presta atenção prioritária a sua capacidade de resposta às necessidades e aspirações da comunidade e da sociedade em geral". Neste sentido, "a dimensão política se constrói a partir da ação e da luta de interesses, ou seja, das próprias forças constituintes da organização em interação com a comunidade, na concretude de suas realizações"

SOLINO (1996, p. 38).

Levando-se em consideração, que as preocupações com os processos e atividades administrativas para o atendimento das necessidades fins da organização, podem fazer com que as IES públicas se afastem da sociedade, muito influenciadas pelo caráter burocrático e pela ausência de espaços que se concretizem a participação dos membros da comunidade externa nas decisões da organização, é necessário criar estratégias que efetivem essa participação da sociedade (SANDER, 2002).

Ainda, para Sander (2002, p. 66), "o resultado desse esforço coletivo será a crescente consolidação de verdadeiras escolas cidadãs, comprometidas com os ideais e os valores da comunidade local". Em outras palavras, se as IES públicas conseguirem efetivar a participação de membros da comunidade nos processos decisórios, por sua vez, estará mais do que comprometida em solucionar as diversas demandas da comunidade na qual está inserida. O que é confirmado por Carvalho (2014, p. 8), quando este cita que "a efetividade é o critério fundante desta dimensão de gestão, ou seja, prima por uma efetiva participação na tomada de decisão no âmbito das instituições educativas".

Particularmente, Sander (1995) afirma, também, que é preciso compreender que a capacidade administrativa, que visa solucionar as demandas concretas da comunidade, é refletida primeiramente pelo critério político. Sendo assim, a dimensão política da gestão de uma IES pública é definida pela efetividade administrativa no atendimento às exigências da sociedade. Já para Solino (1996, p. 38), "a dimensão política refere-se às estratégias de ação concreta dos participantes do sistema educacional na sociedade".

Ademais, como critério de desempenho administrativo, a efetividade mensura a capacidade de produção de respostas ou soluções para as demandas levantadas politicamente pelos integrantes da sociedade. Considerando outros aspectos, é possível inferir também que a responsabilidade social (accountability) se associa ao conceito de efetividade, portanto a gestão da IES deverá ser responsabilizada e prestar contas pelas ações e preocupações prioritárias em curso da comunidade (SANDER, 1995).

Fundamentalmente, esse compromisso de efetiva participação da comunidade para ser materializado, exige da gestão da IES uma filosofia, que seja solidária e inclusiva, além de uma metodologia participativa. Em outras palavras, quanto maior for o grau de participação solidária e de comprometimento dos integrantes da comunidade, seja esta participação de forma direta ou indireta, maior será a capacidade política e sua efetividade em dar respostas sociais concretas e imediatas (SANDER, 1995).

Sendo assim, o gestor da IES pública deverá estar atento às demandas da comunidade interna e externa para atendê-las da melhor forma possível, principalmente criando maneiras de efetivar, cada vez mais, a participação dos membros dessas comunidades no processo decisório da instituição.

A DIMENSÃO ECONÔMICA DA GESTÃO EDUCACIONAL

De acordo com Sander (2007 p. 76), "é o critério econômico que traduz a capacidade administrativa de produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo". Sendo assim, é possível considerar a "eficiência como critério de desempenho econômico da administração" (SANDER, 2007, p.77).

Outrossim, a eficiência, considerada como critério definidor da dimensão econômica da administração da educação, está atrelada a uma lógica racional capitalista. Todavia, essa lógica visa capacitar de forma competente os profissionais envolvidos, com o intuito primordial de maximizar a captação e a utilização dos recursos utilizados, numa preocupação excessiva com a produtividade (SANDER, 1995; CARVALHO, 2014).

Ainda segundo Sander (1995), a eficiência e a racionalidade econômica devem direcionar as diversas atividades na área educacional, seja organizacional ou administrativa, como a programação e execução orçamentárias, o planejamento institucional e a organização acadêmica e dos recursos humanos, materiais e tecnológicos.

Sob o mesmo ponto de vista, Simon (1965, p. 209) afirma que "o critério de eficiência determina a escolha de alternativas que conduzem à maximização de resultados na aplicação dos recursos". E é, neste sentido, no contexto da gestão de IES públicas, que se observa "uma luta específica em torno do econômico" e que, na maioria das vezes, está em "busca da própria sobrevivência institucional" (SOLINO, 1996, p. 34).

Considerando o contexto social, político e econômico do Brasil, na contemporaneidade, e o fato de que para a construção de uma educação pública de qualidade é necessário à garantia de recursos públicos para seu financiamento, a gestão das IES públicas, sejam elas federais, estaduais ou municipais, tem-se defrontado com o grande desafio de buscar estratégias para gerir eficientemente estes recursos, cada vez mais escassos, no sentido de garantir a produção de conhecimento e proporcionar a formação de profissionais competentes para atendimento às demandas da sociedade.

Nesse contexto, é importante frisar, também, que as IES públicas diversificam as formas de captação de recursos próprios para a complementação das verbas aportadas pelo governo. A prestação de diversos serviços, a exemplo de consultorias e assessorias, a realização de concursos públicos e a oferta de cursos de especialização, são algumas das formas de captação de recursos utilizadas pelas IES públicas (VELLOSO, 2005).

Por outro lado, a gestão da IES pública, mesmo reconhecendo a dimensão econômica e o seu critério de eficiência, ainda no contexto da gestão educacional, deve ser direcionada também por uma orientação por valores humanos e sociopolíticos (SOLINO, 1996).

DIMENSÃO ORGANIZACIONAL DA GESTÃO EDUCACIONAL

A dimensão organizacional, no campo da gestão educacional, refere-se ao aspecto do

funcionamento das instituições de ensino pela busca da eficiência e eficácia dos processos. A perspectiva organizacional é voltada para como a organização educacional funciona, ressaltando a importância de um olhar plural das práticas educacionais (BARBOSA, 2004).

Para compreender a organização, Lima (2003) denominou de modelos organizacionais a forma como a instituição de ensino pública é organizada. Sendo assim, Lima (2003) caracteriza os modelos organizacionais orientados para a ação por modelos decretados (que regulam a organização e o funcionamento, por meio de normas, regras, legislação, entre outros), interpretados (como a recepção e a interpretação da norma publicada) e recriados (o Plano Político Pedagógico, o regimento, etc.).

Para Sander (2007), a Administração Educacional, analisada pela dimensão organizacional, visa atender às necessidades estruturais e burocráticas das instituições de ensino. Ainda para Sander (2007, p.65), "a escola e a universidade são burocracias sui generis, definidas em função de seus objetivos educacionais específicos e que requerem uma perspectiva de organização e gestão concebida em função dessa especificidade".

Portanto, os gestores tem papel fundamental na condução dos mecanismos de gestão nas IES públicas, para que os propósitos institucionais possam ser cumpridos, considerando que, por vezes, ocorrem dificuldades na condução dos processos administrativos, em função de especificidades e complexidades inerentes aos procedimentos, que são próprios da Administração Pública, assim como, obstáculos próprios da gestão organizacional.

A dimensão organizacional se situa no contexto de um conjunto interativo de várias outras dimensões da gestão da instituição de ensino, sendo percebida como base para o qual se assentam todas as outras. É possível destacar referências de qualidade nessa dimensão, tais como a conservação do patrimônio, a captação de recursos didáticos e financeiros, demanda por pessoal e encaminhamento de processos.

Embora, a gestão das áreas administrativas seja uma atividade meio de uma instituição de ensino, é reconhecida sua importância e necessidade, para que se obtenha qualidade para as atividades fim. É possível, também, citar inúmeras práticas do cotidiano educacional, que pertencem à dimensão organizacional, visando à atividade fim da instituição de ensino, como por exemplo: o planejamento do calendário acadêmico, a organização de reuniões com as áreas de ensino, a organização dos registros acadêmicos e o controle de frequência. Nesse sentido, de acordo com Lima (2002, p. 51) "não são apenas os modelos decretados que influenciam as práticas de gestão; estas práticas são influenciadas por múltiplos fatores, objetivos, interesses, circunstâncias, etc."

A gestão é fator importante na conquista de bons resultados devendo cooperar ativamente para solução de problemas e dinamização organizacional. Para que se obtenham melhorias nas IES públicas são necessárias boas condições de infraestrutura, recursos materiais, planejamento, gestão de pessoas, entre outras; além de romper com a estrutura individualista de trabalho. E,

neste último aspecto, Bolívar (2012, p. 37) identifica, “como um dispositivo para aprender e resolver problemas”, a necessidade de transformar “a cultura escolar individualista numa cultura de colaboração”.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA GESTÃO EDUCACIONAL

A conjuntura da educação superior no Brasil, a partir do final da década de 90, marcada pelo controle crescente das instituições educacionais pelo setor financeiro, contribuiu para que a dimensão econômica passasse a ter papel de destaque na administração da educação.

Dessa forma, comumente, características de racionalidade técnica são atribuídas à gestão das IES públicas, baseadas em princípios isolados de eficiência administrativa, mais condizentes com a lógica produtivista de mercado, do que com os princípios norteadores de instituições públicas de educação.

Reagindo-se à ênfase generalizada da lógica econômica sobre a educação, desenvolve-se a dimensão pedagógica, que, atribui ao processo administrativo a função de “coordenar a criação e utilização de conteúdos, espaços, métodos e técnicas capazes de preservar os fins e objetivos da educação em seus esforços para cumprir seu papel econômico, político e cultural.” (SANDER, 1995, p. 61).

Considerando o pressuposto de que a consecução dos objetivos da educação sobrepõe-se aos aspectos utilitários e extrínsecos de tipo econômico, o aspecto intrínseco de eficácia pedagógica da administração educacional sobreleva o da eficiência econômica (SANDER, 2007).

Segundo Bernard, apud Lodi, a eficácia refere-se ao nível de desempenho administrativo na consecução dos objetivos institucionais, aplicada à educação, a eficácia deve estar vinculada, essencialmente, a consecução dos objetivos intrinsecamente educacionais, estando, dessa forma, vinculada aos aspectos pedagógicos das IES.

Neste sentido, a qualificação básica do gestor na dimensão pedagógica se traduz na sua eficácia para coordenar a formulação de objetivos educacionais e para desenhar cenários e meios pedagógicos para sua execução.

No âmbito do ensino superior, é de relevante importância a ação do Gestor na dimensão pedagógica, pois, juntamente com os envolvidos no processo, ele deve buscar não somente o cumprimento efetivo da aprendizagem dos alunos, no sentido de formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, como também, estimular o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

DIMENSÃO CULTURAL DA GESTÃO EDUCACIONAL

Numa análise das dimensões, percebe-se que a dimensão cultural é considerada a mais

importante, visto que ela define o conceito das organizações e o que elas representam para a sociedade. Constitui, portanto, a soma dos valores das pessoas que se integram e que interagem com as comunidades. Esta análise vale, tanto para organizações industriais, quanto para gestão educacional.

De certa forma, Sander (1995) caracteriza a dimensão cultural no campo das ciências filosóficas, antropológicas e psicológicas, levando ao pensamento conclusivo da influência das diversas nuances e conduzindo, assim, a compreensão da administração na sua totalidade e ao entendimento dos mais variados aspectos da vida humana.

Sander (1995) ainda afirma que, para se ter uma compreensão global da importância da cultura das organizações, seja no campo industrial, comercial ou educacional, é importante buscar o entendimento nas ciências, dos princípios, das causas e dos valores humanos, que estudam a natureza do ser humano com suas características biológicas e culturais, ou seja, os padrões das relações entre pessoas e grupos, e as interações do indivíduo com a sua situação social.

Desse modo, sem o entendimento da influência dessas ciências humanas, torna-se penosa a compreensão do significado da cultura das organizações, uma vez que as realidades de cada uma são diferentes. Elas possuem normas, procedimentos próprios e recursos humanos com perfis compatíveis com os seus objetivos, políticas e diretrizes diferentes uma das outras.

A cultura organizacional é formada a partir da sua estrutura normativa e política, aliada às características e valores individuais dos seus membros, e é fator determinante para o êxito na realização dos objetivos institucionais, das metas de gestão e da missão institucional. Assim, a cultura organizacional não é estática, ela precisa incorporar novos comportamentos continuamente, para que a instituição de ensino possa acompanhar o contexto econômico, político e social no qual está inserida.

Na perspectiva da gestão da IES públicas, as redefinições culturais, traduzidas na renovação dos modelos administrativos, possuem relevância para a eficiência na alocação e utilização dos recursos financeiros, pois, ao passo que as políticas externas podem interferir na autonomia, como princípio acadêmico-administrativo, as questões internas interferem na própria racionalidade administrativa.

Neste sentido, SANDER (2007, p. 113) afirma: A qualificação cultural do educador e do gestor revela-se na sua capacidade e sensibilidade para conceber soluções educacionais e administrativas, e na liderança para implantá-las, sob a ótica de sua relevância para a promoção de uma forma qualitativa de vida humana coletiva na escola e na sociedade. Nessa perspectiva, a relevância cultural é o fator primordial de mudança na gestão de uma instituição de ensino, que deve estar comprometida com a qualidade de vida e do desenvolvimento humano. Portanto, para Sander (1995), a relevância da gestão estará efetivada quando esta passar a oferecer as melhores condições para promoção da qualidade de vida de profissionais e estudantes na instituição

educacional e na sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo um cenário de diversos desafios enfrentados pelas IES públicas no Brasil, de natureza multidimensional, este estudo pretendeu identificar e analisar as dimensões extrínsecas (política e econômica) e intrínsecas (organizacional, pedagógica e cultural), propostas por Sander (1995) no campo da gestão educacional, voltadas para essas instituições.

Dessa forma, na dimensão política da gestão educacional foi verificada a necessidade de participação efetiva da comunidade, a qual se encontra inserida, na gestão da IES pública. Na dimensão econômica, evidenciou-se a capacidade do gestor de administrar mínimos recursos para o atingimento de melhores resultados. Na análise da dimensão organizacional, destacou-se o papel fundamental da gestão e das atividades meio na solução de problemas e dinamização organizacional, para que a IES pública atinja os melhores resultados. Na dimensão pedagógica, ressaltou-se que, apesar de certa ênfase na dimensão econômica em prejuízo ao caráter pedagógico, a gestão deverá buscar, com responsabilidade, estratégias para superar a lógica econômica no atendimento dos objetivos institucionais. E, finalmente, na dimensão cultural revelou-se a necessidade de uma qualificação cultural do educador e do gestor, para que estes tenham a capacidade de conceber soluções educacionais e administrativas, sob a ótica da relevância de uma IES pública, para a promoção da qualidade de vida humana na instituição de ensino e na sociedade.

Por fim, o gestor de uma IES pública deve compreender a multidimensionalidade da gestão no campo educacional, estando atento às características e qualificações necessárias, que irão direcionar de forma mais eficiente, eficaz, efetiva e relevante o funcionamento da instituição, para o atingimento dos seus objetivos institucionais.

REFERÊNCIAS BARBOSA, J. G. **Instituição e Organização: contribuição para uma visão plural na administração educacional.** Texto apresentado no VI Encontro em pesquisa em educação da Região Sudeste. Rio de Janeiro: 2004. BOLÍVAR, A. **Melhorar os processos e os resultados educativos. O que nos ensina a investigação.** Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão. 2012 CARVALHO, R. **Gestão universitária multidimensional: teoria e prática acerca da participação efetivo-relevante na UFT.** Anais do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Porto: ANPAE, abr. 2014.

Disponível em:

<<http://>

[www.](http://www.anpae.org.br)

[anpae.org.br](http://www.anpae.org.br)

/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/RobertoFranciscodeCarvalho_GT2_integral.pdf

>.

Acesso em: 19 nov. 2015. LIMA, C. L. Modelos organizacionais de escola: perspectivas analíticas, teorias administrativas e o estudo da acção. In: MACHADO, Lourdes Marcelino; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Política e gestão da educação**: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. LODI, J. B. As funções do Executivo. **Revista de Administração de Empresas**. vol.11. nº3. São Paulo. Julho/Setembro. 1971. Disponível em < http://

www.

scielo.br

/scielo.php

?

script=sci_arttext&pid=S0034-75901971000300014>.

Acesso em: 19 nov.2015 _____. A **Escola como Organização Educativa**. São Paulo: Cortez, 2003. SANDER, Benno. **A administração da educação no Brasil**: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007. _____. O estudo da administração da educação na virada no século. In: MACHADO, Lourdes Marcelino; FERREIRA, Naura Syria (Orgs.). **Política e gestão da educação**: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A Editora/ANPAE, p. 55-68, 2002. _____. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 421-447, set./dez. 2007.

Disponível em:

<http://

seer.ufrgs.br

/rbpae/article/download/19141/11141>.

Acesso em: 19 nov. 2015. _____. **Gestão da educação na América Latina**. Campinas: Editora Autores Associados, 1995. SIMON, H. A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: FGV-Aliança para o Progresso, 1965. SOLINO, Antonia da Silva. **Planejamento e gestão na instituição universitária: um enfoque multidimensional**. Tese de Doutorado. Escola de Administração de Empresas (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo: EAESP/FGV, 1996. 261 p.

Disponível em:

<http://

bibliotecadigital.fgv.br

/dspace/handle/10438/4425>.

Acesso em: 19 nov. 2015. VELLOSO, Jacques. Recursos Próprios da UNB, o Financiamento das IFES e a Reforma da Educação Superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 91,

maio/agosto 2005.

Disponível em:

<[http://](http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a18v2691.pdf)

[www.](http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a18v2691.pdf)

[scielo.br](http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a18v2691.pdf)

[/pdf/es/v26n91/a18v2691.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a18v2691.pdf)

>.

Acesso em: 28 nov. 2015.

* Mestrando em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Administração de Recursos Humanos, em Metodologia do Ensino Superior e em Fisiologia do Exercício. Graduado em Administração e em Educação Física pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Professor do Curso de Educação Física da UCSAL. E-mail: albertocarmo58@gmail.com

. ** Mestranda em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação e Especialista em Gestão de Pessoas, pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Especialista em Administração Pública pela Universidade Cândido Mendes, Secretária Executiva graduada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Analista Universitária da UNEB – *Campus I*. E-mail: cris-noliveira@hotmail.com

. ***Mestranda em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade EJA – PROEJA e Graduada em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Técnica Administrativa do IFBA – *Campus Ilhéus*. E-mail: maytell.ba@gmail.com

Recebido em: 03/08/2016

Aprovado em: 05/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: